

Sarney: a reforma partidária não teve finalidade casuística

Da sucursal de
BRASÍLIA

O presidente do PDS, senador José Sarney, afirmou ontem em Brasília que os objetivos do governo, ao patrocinar a reforma partidária votada em 1979, "nunca foram secundários, como os de dividir a oposição e, sim, fazer com que o processo político viesse a flutuar dentro da normalidade, o que era impossível com a imposição do bipartidarismo sem autenticidade, que tornava a atividade política marcada por um clima de irracionalidade e paixão".

A declaração foi feita durante uma entrevista em que o senador, fazendo um balanço da reforma partidária, observou que "este talvez seja o passo mais importante, no processo de abertura política, porque constitui o alicerce de instituições fortes".

Para Sarney, assim, "o balanço é benéfico para o País. Salmos do maniqueísmo, do confronto entre revolução e contra-revolução, entre o bem e o mal, ao mesmo tempo em que incorporamos ao processo novas parcelas da sociedade que dele estavam afastadas. Esse processo é muito importante porque constitui o início de organização da sociedade civil em termos de assumir, com absoluta autonomia, a responsabilidade de governar o País".

PODER DIMINUÍDO

Por sua vez, o presidente do PDS do Paraná, deputado Norton Macedo, criticou ontem a predominância da tecnocracia sobre a classe política, assegurando que "difícilmente a abertura política poderá efetivar-se, enquanto houver um poder diminuído perante o outro".

"A cada legislatura, espera-se que a próxima seja melhor, mais atuante, mais representativa", prosseguiu o deputado, "mas quem quiser constatará que, apesar dos esforços de muitos, o Congresso se esvazia".

Na sua visão, "o Congresso, que aplaude a abertura política, que nela se integra, que é mesmo seu maior instrumento, ainda continua submetido a situações anômalas. Os tecnocratas acostumaram-se ao poder e o exercem, mesmo comprometendo a classe política e colocando em risco a soberania do Congresso. Há dois exemplos recentes, um deles atualíssimo, que é a famigerada reforma previdenciária. Nos dois casos — o primeiro foi o Estatuto dos Estrangeiros — o governo reconheceu os erros de suas mensagens, antes que o Congresso as votasse, mas, assim mesmo, com erros reconhecidos, solicitava a sua aprovação, para, posteriormente, enviar mensagem corrigindo os erros. No caso da Lei dos Estrangeiros assim o fez, encontrando o consenso de todos os partidos. O mesmo procedimento se repete agora. Mas isto é a inversão do processo legislativo: aprovar o errado para corrigi-lo depois. O procedimento

normal seria corrigir o erro antes e aprovar depois. E quando a evidência do erro surge e quando a lógica é esquecida, apela-se para o recurso supremo da aprovação por decurso de prazo, que é o instrumento que mais compromete e esvazia o Legislativo".

DISTORÇÃO

"Outra realidade: a maioria, apenas por ser maioria, resolve aprovar ou rejeitar, principalmente rejeitar, os projetos de origem parlamentar que recebem pareceres contrários das assessorias governamentais, prosseguiu. Esta é outra distorção. É grave distorção, porque, de certa forma, elimina a independência dos poderes. O correto seria o Congresso aprovar, sem ouvir o Executivo, os projetos que mereçam aprovação, no conceito dos parlamentares. Ao Executivo caberia, isto sim, o poder de veto que, previsto na Constituição, está falecendo pelo desuso, porque, num costume altamente comprometedor, somente chegam à sanção presidencial os projetos que mereceram, antes, o nihil obstat dos tecnocratas."

NO PARANÁ

Norton Macedo aproveitou para reafirmar a decisão do PDS paranaense de convocar para janeiro de 1982 a convenção regional para escolha de candidatos, antecipação que está gerando controvérsia no partido oficial, tendo merecido críticas de seu secretário-geral, o deputado Prisco Viana.

"No Paraná, o PDS vence as eleições", assegura Macedo, "porque o PDS do Paraná está organizado. Há trabalho permanente nas bases. Temos 270 dos 290 prefeitos, 2.000 dos 2.800 vereadores, larga maioria na Assembleia Legislativa, a maior bancada na Câmara e, o que é importante, temos uma liderança autêntica, nascida das urnas, confirmada quatro vezes pelo povo, que é a liderança de Ney Braga. Nosso partido está-se preparando há tempos."

Informou o representante do Paraná que, "pela primeira vez, todos os presidentes de partido, prefeitos, vereadores, delegados e membros dos diretórios municipais partidários foram ouvidos, em pesquisa interna, para a escolha dos candidatos majoritários do partido, doze mil líderes fizeram e opinaram sobre várias opções para os cargos majoritários a serem preenchidos. Vamos agora para a convenção regional".

Ele assegurou ainda, apesar das críticas suscitadas: "Dentro da lei, nós a convocamos para o dia 10 de janeiro. Até lá, o trabalho dos nossos companheiros continuará e os convencionais escolherão, com a compreensão dos demais, aqueles correligionários que melhor atendam aos interesses eleitorais do partido e reúnem as melhores condições para dar continuidade à obra política e administrativa de Ney Braga".